



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	(Des)Territorialização do Jovem no cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado na cidade de Porto Alegre
<b>Autor</b>	VICTÓRIA HOFF DA CUNHA
<b>Orientador</b>	ANA PAULA MOTTA COSTA

**(Des)Territorialização do Jovem no cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado na cidade de Porto Alegre**

Pesquisadora: Victória Hoff da Cunha Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Motta Costa

A pesquisa em desenvolvimento busca analisar as relações territoriais estabelecidas pelo jovem selecionado pelo sistema de responsabilização juvenil, sendo este submetido à medida socioeducativa de internação em meio fechado, situação em que o adolescente é recolhido a um dos Centros de Atendimento Socioeducativo da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Território, como conceito geográfico, constitui-se em um dos referenciais da presente pesquisa, estudado a partir da perspectiva de Rogério Haesbaert, geógrafo brasileiro. A Geografia tem como objeto de pesquisa a dimensão espacial da sociedade, enquanto que o território é categoria satélite da análise das relações de poder estabelecidas no espaço. O território deve ser entendido como um processo intersubjetivo e subjetivo, no qual o sujeito, tomando parte nas relações estruturais do espaço, faz uso, organização, configuração, normatização e racionalização do mesmo, ocupando-o, fazendo-o seu. Na contemporaneidade, os sujeitos vivem a *multiterritorialidade simultânea*: vinculam-se, sem necessidade de mobilidade física, a diversos territórios ao mesmo tempo, que se relacionam entre si de maneira hierarquizada. Frente a isso, o Estado, ao legislar ou realizar atos executivos, definindo-se como padrão universal e exclusivista de territorialidade, entra em conflito com as outras territorialidades que submetem os sujeitos<sup>1</sup>.

Observa-se que os jovens estudados na pesquisa constroem seus territórios por meio da apropriação dos espaços públicos da cidade, vivendo uma trajetória marcada pela carência na efetivação de seus direitos, bem como pela ausência de reconhecimento como sujeitos de direitos<sup>2</sup>. A hipótese é de que a intervenção estatal, através da medida socioeducativa de meio fechado, priva por um período de tempo o sujeito de seu território, retornando este, findada a medida, ao antigo espaço com relações de poder e normatividade que não dialogam com aquelas preconizadas pelo Estado.

O objetivo do projeto é oferecer uma visão crítica acerca da concepção e forma de execução da medida socioeducativa de internação em meio fechado, em seus desdobramentos e complexidades. Por meio da análise das relações territoriais estabelecidas pelo jovem, no momento anterior e posterior ao cumprimento da medida socioeducativa de internação em meio fechado, pretende-se avaliar: (i) Como o Estado interviu na vida do sujeito nos momentos descritos; (ii) Quais são as possibilidades dessa intervenção concretizarem os objetivos discursivos das medidas socioeducativas. A metodologia de pesquisa utilizada é qualitativa e quantitativa. Primeiramente, buscou-se contextualizar teoricamente o conceito de território. Em um segundo momento, foram obtidos dados empíricos a partir dos dados obtidos com questionários abertos aplicados a jovens egressos do sistema e integrantes de um programa governamental de acompanhamento. Como panorama do estágio atual, pretende-se apresentar a análise dos dados empíricos obtidos, a luz dos conceitos teóricos estudados.

---

<sup>1</sup> HAESBAERT, Rogério : Viver no Limite. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>2</sup> COSTA, Ana Paula Motta: A efetividade dos direitos de adolescentes envolvidos em situação de violência. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2012.